

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.581.700 - SP (2019/0264173-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : COOPERATIVA HABITACIONAL SERRA DO JAIRE  
**AGRAVANTE** : COOPERATIVA HABITACIONAL VARANDAS DE INTERLAGOS  
**ADVOGADO** : WILTON ALVES DA CRUZ - SP101456  
**AGRAVANTE** : HABITEC ATIVIDADES DE ASSESSORIA LTDA  
**OUTRO NOME** : HABITEC - FISPA ASSESSORIA HABITACIONAL LTDA  
**ADVOGADO** : EVANCELSON DE LIMA CONDE E OUTRO(S) - SP184965  
**AGRAVADO** : SIMONI CRISTINA NASCIMENTO DA SILVA  
**ADVOGADOS** : JEFFERSON DE ALMEIDA - SP343770  
GISLANE APARECIDA TOLENTINO LIMA

## DECISÃO

Trata-se de agravos interpostos por COOPERATIVA HABITACIONAL SERRA DO JAIRÉ, COOPERATIVA HABITACIONAL VARANDAS DE INTERLAGOS e HABITEC - FISPA ASSESSORIA HABITACIONAL LTDA. contra decisões que inadmitiram recursos especiais. Os apelos extremos insurgem-se contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

*"APELAÇÃO. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL DE COOPERATIVA HABITACIONAL. RESCISÃO CONTRATUAL. Ação de rescisão contratual c.c. pedido de tutela antecipada de devolução de quantias pagas e outros pleitos. Sentença de procedência parcial. Inconformismo das rés. GRATUIDADE PROCESSUAL. Estando presentes elementos que demonstram a deterioração da situação financeira da apelante, concede-se a gratuidade parcial, tão somente no que diz respeito à taxa de preparo do presente recurso, nos termos do art. 98, §5º do CPC/2015. LEGITIMIDADE PASSIVA. As corrés 'Serra do Jairé' e 'Habitec-Fispa' são partes legítimas para responder à presente demanda, por força dos arts. 14 e 18 do Código de Defesa do Consumidor, que se aplica ao caso. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. Inocorrência. Havendo nos autos elementos de prova documental suficientes para formar o convencimento do julgador, não ocorre cerceamento de defesa se julgada antecipadamente a lide. Aplicação do Enunciado nº 9 desta Câmara. RESCISÃO CONTRATUAL E DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS. Rescisão contratual que se deu por culpa das vendedoras, em virtude do atraso na conclusão das obras e entrega do imóvel. Alegações de necessidade de sorteio da unidade e repactuação da data de entrega do bem não são suficientes para justificar o inadimplemento. A adquirente faria jus à devolução integral dos valores pagos. Súmula nº 543 do STJ. Precedentes desta Câmara. Manutenção da decisão recorrida em virtude da vedação à reformatio in pejus. DANOS MORAIS. Devida indenização pelos danos morais sofridos, diante das peculiaridades do caso concreto. Indenização fixada em R\$ 10.000,00. Ausência de impugnação específica ao valor fixado a título de quantum indenizatório. Sentença confirmada. Sucumbência das rés, que arcarão com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios do representante da autora, majorados de 10% para 15% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, 11 do CPC/2015. NEGADO PROVIMENTO AOS RECURSOS" (e-STJ fl. 1.556).*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados, com aplicação de multa.

**No primeiro recurso** (e-STJ fls. 1.570-1.584), interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, HABITEC - FISPA ASSESSORIA HABITACIONAL LTDA. aponta violação dos arts. 3º e 267, VI, do Código de Processo Civil de 1973, correspondentes aos arts. 17 e 485, VI, do CPC/2015, alegando, em síntese, ser parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda.

**No segundo recurso** (e-STJ fls. 1.622-1.659), também fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, COOPERATIVA HABITACIONAL SERRA DO JAIRÉ e COOPERATIVA HABITACIONAL VARANDAS DE INTERLAGOS indicam como contrariados os arts. 139, 141, 371, 494, I e II, 1022, I e II, e 1026, § 2º, do Código de Processo Civil; 3º, 4º, 21, 38, 44, 47, 79, 80, 81 e 89 da Lei nº 5.764/1971 e 186 e 884 do Código Civil.

Aduzem, em suma, que: a) o acórdão combatido incorreu em negativa de prestação jurisdicional ao não apreciar as questões suscitadas nos embargos de declaração; b) os embargos de declaração opostos na origem não tinham intuito protelatório; c) houve cerceamento de defesa em virtude do julgamento antecipado da lide; d) a sociedade cooperativa é constituída por deliberação da assembleia geral dos fundadores, sendo esse o órgão competente para deliberar sobre a consecução dos objetivos sociais; e) a decisão da assembleia geral vincula todos os associados, que não podem furtar-se ao cumprimento das determinações do colegiado; f) no sistema cooperativo de construção a preço de custo, por autofinanciamento, a execução dos empreendimentos depende do adimplemento dos cooperados, não só com relação ao pagamento do custo estimado, mas também do custo total real e efetivo da obra; g) o acórdão recorrido desconsiderou a aplicação das regras estatutárias que determinam a retenção de 30% (trinta por cento) a título de despesas administrativas e fixa prazo para devolução dos valores pagos em caso de demissão do associado; h) o simples atraso na entrega da obra não se revela apto a configurar, por si só, dano moral indenizável; i) a extensão do prazo para entrega do bem ocorreu por decisão dos próprios cooperados.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 1.666-1.691), os recursos foram inadmitidos na origem, daí os presentes agravos, nos quais se busca o processamento dos apelos nobres.

É o relatório.

**DECIDO.**

Ultrapassados os pressupostos de admissibilidade dos agravos, passa-se à

# Superior Tribunal de Justiça

análise dos recursos especiais.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelos recursos especiais foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Trata-se, na origem, de ação de rescisão contratual c/c pedido de devolução de quantias pagas ajuizada por SIMONI CRISTINA NASCIMENTO DA SILVA contra COOPERATIVA HABITACIONAL SERRA DO JAIRÉ e HABITEC - FISPA ASSESSORIA HABITACIONAL LTDA., tendo como causa de pedir o atraso na entrega de unidade imobiliária.

O magistrado de primeiro grau de jurisdição, após constatar que o contrato celebrado entre as partes previa a entrega da unidade habitacional no prazo de 78 (setenta e oito) meses, prorrogável por mais 22 (vinte e dois) meses, e que, após transcorridos mais de 10 (dez) anos da assinatura do contrato, a unidade adquirida pela autora ainda não havia sido entregue, julgou procedentes os pedidos formulados na demanda para:

"(...)

*1) declarar a rescisão do contrato de compromisso de compra e venda do imóvel discriminado na inicial por culpa exclusiva da ré;*

*2) condenar a requerida à devolução de 90% do valor das parcelas pagas pela autora, de uma só vez, nos termos da fundamentação, corrigidas monetariamente desde o recebimento de cada uma das parcelas e acrescidas de juros moratórios desde a citação (1% ao mês);*

*3) e condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 10.000,00, com correção monetária a partir desta e juros legais moratórios de 1% ao mês a partir da citação." (e-STJ fl. 1.422)*

Nessa mesma oportunidade, o juiz determinou a inclusão da COOPERATIVA HABITACIONAL VARANDAS DE INTERLAGOS no polo passivo da lide.

A sentença foi integralmente mantida no julgamentos das apelações, daí a interposição dos recursos especiais que se passa a analisar.

No tocante à preliminar de ilegitimidade passiva suscitada por HABITEC - FISPA ASSESSORIA HABITACIONAL LTDA., assim decidiu a Corte de origem:

"(...)

*A sentença recorrida igualmente reconheceu a legitimidade passiva da corré 'Habitec Fispas Assessoria Habitacional Ltda'.*

*Esta corré afirma, em seu recurso, que seria parte ilegítima para permanecer no polo passivo da ação, uma vez que não teria qualquer relação com o compromisso de compra e venda celebrado entre a autora e a corré 'Serra do Jaíré'. Insiste que atuou tão somente na condição de prestadora de serviços de assessoria técnica à construção do empreendimento.*

*Contudo, neste ponto a decisão recorrida também não comporta qualquer reforma.*

# Superior Tribunal de Justiça

***Os elementos trazidos aos autos deixam claro que esta corré participou ativamente da cadeia de fornecimento do imóvel à autora, na condição de gerente técnica do empreendimento (fls. 33).***

*Colhe-se da lição de RIZATTO NUNES que:*

*'Como se viu, quando dos comentários ao parágrafo único do art. 7º, o sistema de responsabilidade civil objetiva instituído no CDC impõe ampla solidariedade aos partícipes do ciclo de produção. Como a oferta e colocação de produtos e serviços no mercado pressupõe, em larga medida, a participação de mais de um fornecedor, a legislação consumerista estipulou que todos os que participarem, direta ou indiretamente, da produção, oferta, distribuição, venda, etc. do produto e do serviço respondem pelos danos causados ao consumidor. (Comentários ao Código de Defesa do Consumidor, 6ª ed., São Paulo, Saraiva, 2011, p. 421).'*

***Assim, muito embora a corré 'Habitec Fispa' não tenha figurado expressamente no contrato celebrado entre as demais partes, sua legitimidade para figurar no presente feito decorre de expressa previsão legal, constatada sua participação na cadeia de fornecimento do bem, nos termos dos arts. 7º, parágrafo único, e 25, §1º do CDC, sendo desprovido seu recurso, neste ponto" (e-STJ fl. 1.562 - grifou-se).***

Impõe-se fixar, de início, a premissa de que as normas de proteção aos direitos do consumidor são aplicáveis aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas, consoante o disposto na Súmula nº 602/STJ, havendo, portanto, responsabilidade solidária de todos os integrantes da cadeia produtiva ou de fornecimento do serviço, nos termos dos arts. 7º, parágrafo único, 14 e 34 do Código de Defesa do Consumidor.

No caso em apreço, o Tribunal de origem deixou assentado que a recorrente participou efetivamente da cadeia de fornecimento do bem, de modo que eventual conclusão em sentido contrário dependeria do reexame do contexto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula nº 7/STJ.

No que tange ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o Tribunal local, ainda que por fundamentos distintos daqueles apresentados pelas partes, adota fundamentação suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

No caso, o Tribunal de origem enfrentou a matéria posta em debate na medida necessária para o deslinde da controvérsia, concluindo que a relação jurídica existente entre as partes é regida pelas normas de proteção aos direitos do consumidor.

Frisa-se que, mesmo à luz do art. 489 do Código de Processo Civil de 2015, o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas a respeito daqueles capazes de, em tese, de algum modo, infirmar a

# Superior Tribunal de Justiça

conclusão adotada pelo órgão julgador (inciso IV).

Não se pode confundir, portanto, negativa de prestação jurisdicional ou ausência de fundamentação com decisão contrária aos interesses da parte.

No tocante à alegação de que o Tribunal de origem não se baseou em provas concretas, ressalta-se que cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, dirigir a instrução e deferir a produção probatória que considerar necessária à formação do seu convencimento, assim como a livre apreciação das provas das quais é o destinatário.

Desse modo, é inviável a esta Corte a análise da suficiência das provas e da satisfação do ônus probatório das partes, pois esta providência esbarra também no óbice do enunciado da Súmula nº 7/STJ.

Sobre o tema:

*"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATO TEMPORÁRIO. FALTA DE PAGAMENTO DO SALÁRIO. ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO. PRINCÍPIO DA LIVRE APRECIÇÃO DA PROVA E DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ.*

*1. O princípio da persuasão racional ou da livre convicção motivada do juiz consigna que cabe ao magistrado apreciar livremente a prova, atento aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, conferindo, fundamentadamente, a cada um desses elementos sua devida valoração.*

*2. No caso concreto, a discussão sobre a distribuição do ônus da prova, bem como a revisão do valor probatório atribuído pela Corte de origem aos elementos fáticos e circunstâncias presentes nos autos, encontram óbice na Súmula 7/STJ.*

*3. Recurso Especial não conhecido." (REsp 1.678.875/GO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/9/2017, DJe 9/10/2017).*

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ADSTRIÇÃO. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. VALORAÇÃO INADEQUADA DAS PROVAS NA ORIGEM. VERIFICAÇÃO. ÓBICE SÚMULA 7/STJ. DISTRIBUIÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. INVIABILIDADE DE ALTERAÇÃO DAS CONCLUSÕES ALCANÇADAS NA INSTÂNCIA A QUO. SÚMULA 7/STJ.*

*1. Hipótese em que o Tribunal local foi categórico ao afirmar que os pedidos foram acolhidos em estrita consonância com o que foi postulado.*

*2. A adoção de posicionamento distinto do alcançado na origem, para acolher a tese de que houve violação do princípio da adstrição, excederia as razões colacionadas no aresto impugnado, implicando revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, o que é vedado em Recurso Especial, ante o disposto na Súmula 7/STJ.*

*3. As questões atinentes ao laudo pericial foram bem postas pelo Tribunal local, o qual procedeu à fundamentada análise do teor probatório constante dos autos e concluiu que a parte ora agravante "não se desvencilhou em*

# Superior Tribunal de Justiça

*produzir provas quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora, embora se apegue ao que dos autos consta'.*

*4. Conforme jurisprudência do STJ, 'não há como aferir eventual ofensa ao art. 333 do CPC/1973 (art. 373 do CPC/2015) sem que se verifique o conjunto probatório dos presentes autos. A pretensão de simples reexame de provas, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame' (REsp 1.665.411/MT, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 5/9/2017, DJe 13/9/2017).*

*5. Eventual alteração do juízo alcançado na origem, quanto à sucumbência mínima ou recíproca da parte demanda inegável reincursão nos elementos fático-probatório constantes dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.*

*6. Agravo Interno não provido." (AgInt no AREsp 1.234.472/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 5/6/2018, DJe 13/6/2018).*

Quanto à alegada violação de dispositivos da Lei nº 5.764/1971, que instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas, registra-se que esta Corte, ao editar a Súmula nº 602/STJ, consolidou o entendimento de que as disposições do Código de Defesa do Consumidor são aplicáveis aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.

Sob tal perspectiva, o Tribunal de origem concluiu que a recorrente foi quem deu causa à rescisão do contrato, conforme destacado no seguinte trecho do acórdão recorrido:

*"(...)*

*No mérito, as partes afirmam que não poderiam ser consideradas responsáveis pela rescisão do negócio.*

*Alegam que as obras são realizadas em regime de empreitada por administração. Afirmam, ainda, que a entrega das unidades habitacionais seria realizada mediante sorteio, estando os autores inadimplentes quanto às parcelas mensais, e que a data final para entrega do empreendimento foi alterada, em assembleia, para março de 2018.*

*Contudo, a decisão recorrida não comporta qualquer reforma neste ponto. As partes celebraram o 'termo de adesão e compromisso de participação em empreendimento habitacional' em 29 de junho de 2003 (fls. 44).*

*Conforme se vê da última linha do 'Quadro A' (fls. 35), do referido contrato, o prazo previsto para a conclusão do empreendimento era de 78 meses, admitindo-se uma prorrogação por até 22 meses adicionais.*

*Portanto, o prazo para conclusão das obras, já considerados os 22 meses adicionais, esgotou-se em outubro de 2011, estando configurada a mora das rés a partir de então.*

*Nesta hipótese, os adquirentes fazem jus à devolução de todos os valores pagos, como forma de reposição ao status quo anterior à contratação.*

*(...)*

*Portanto, tendo em vista que o inadimplemento contratual se deu por culpa das vendedoras, a autora faz jus ao recebimento de todos os valores pagos a título de parcelas do preço do imóvel.*

*Por outro lado, observa-se que os autores não manifestaram*

# Superior Tribunal de Justiça

*qualquer inconformismo com a r. sentença, no ponto em que autorizou a retenção de 10% dos valores pagos.*

*Assim, em virtude da vedação à reformatio in pejus, a sentença recorrida é confirmada no ponto em que declarou rescindido o compromisso de compra e venda celebrado entre as partes" (e-STJ fls. 1.563-1.565 - grifou-se).*

A pretensão de revisar esse entendimento, por também depender do reexame de aspectos eminentemente fáticos da causa e da interpretação de cláusulas contratuais, esbarra no óbice das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

Além disso, no tocante à forma de devolução das quantias pagas, o acórdão recorrido está em perfeita sintonia com o entendimento consolidado na Súmula nº 543/STJ:

**Súmula nº 543/STJ:** *"Na hipótese de resolução de contrato de promessa de compra e venda de imóvel submetido ao Código de Defesa do Consumidor, deve ocorrer a imediata **restituição das parcelas pagas** pelo promitente comprador - **integralmente, em caso de culpa exclusiva do promitente vendedor/construtor**, ou parcialmente, caso tenha sido o comprador quem deu causa ao desfazimento."* (grifou-se)

A manutenção da sentença no ponto que autorizou a retenção de 10% (dez por cento) dos valores pagos é justificada, no caso, pelo princípio que veda a *reformatio in pejus*.

Assiste razão às recorrentes quanto à parcela da indenização correspondente aos danos morais.

Nesse ponto, a Corte estadual, não obstante afirmar que as peculiaridades do caso concreto indicam que não houve um simples aborrecimento, conclui pela existência de dano moral indenizável apenas pelo fato de que "(...) a compradora se viu privada do imóvel por período superior a três anos, na época do ajuizamento da ação, em razão do injustificado atraso na entrega da obra" (e-STJ fl. 1.566).

No entanto, já se encontra sedimentado na jurisprudência desta Corte o entendimento de que, em hipóteses como a presente, o simples descumprimento contratual não enseja reparação de danos morais, os quais deveriam ser efetivamente demonstrados para se cogitar ser caso de indenização.

A propósito:

**"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ATRASO NA ENTREGA. DANOS MORAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. SIMPLES INADIMPLENTO CONTRATUAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

*1. A demora na entrega do imóvel, em regra, constitui mero inadimplemento contratual o que, por si só, não gera o dever de indenizar. Danos morais afastados.*

*2. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no REsp 1.776.051/SE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em*

# Superior Tribunal de Justiça

28/3/2019, DJe 8/4/2019).

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO COMINATÓRIA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE DANO MORAL. MERO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA RECONSIDERAR DECISÃO AGRAVADA E, EM NOVO EXAME DO FEITO, CONHECER DO AGRAVO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.*

*1. A decisão agravada deve ser reconsiderada, pois o apelo nobre, no tocante aos arts. 186 e 927 do Código Civil, não encontra óbice na Súmula 7 do STJ, passando-se a novo exame.*

*2. Consoante a remansosa jurisprudência desta Corte Superior, 'o mero descumprimento contratual, caso em que a promitente vendedora deixa de entregar o imóvel no prazo contratual injustificadamente, embora possa ensejar reparação por danos materiais, não acarreta, por si só, danos morais, salvo se as circunstâncias do caso concreto demonstrarem a efetiva lesão extrapatrimonial' (AgInt no REsp 1.719.311/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe de 28/05/2018).*

*3. Na hipótese, o Tribunal Estadual concluiu pela caracterização dos danos morais baseando-se apenas no mero inadimplemento contratual resultante do atraso na entrega da obra, sem especificar as circunstâncias que ensejariam a demonstração da lesão extrapatrimonial. Nesse contexto, deve ser reformado o v. acórdão estadual para se alinhar à jurisprudência desta Corte, e, por consequência, afastar a condenação da ora agravante em indenização a título de danos morais.*

*4. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em novo exame do feito, conhecer do agravo para dar provimento ao recurso especial." (AgInt no AREsp 1.067.294/SE, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 19/3/2019, DJe 29/3/2019).*

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. ATRASO NA ENTREGA. DANO MORAL. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES.*

*1. Nos termos da jurisprudência do STJ, o simples inadimplemento contratual, em regra, não configura dano indenizável, devendo haver consequências fáticas capazes de ensejar o dano moral. Precedentes.*

*2. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no AREsp 1.046.178/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 18/12/2018).*

Na hipótese, não foi trazida nenhuma situação extraordinária capaz de ensejar a condenação em danos morais, devendo, portanto, ser afastada a condenação a esse título.

Por fim, em relação à multa imposta nos embargos declaratórios das recorrentes, a insurgência também merece acolhida.

Com efeito, o referido recurso objetivava prequestionar teses para a interposição do recurso especial, motivo pelo qual deve ser afastada a multa do art. 1.026 do



# Superior Tribunal de Justiça

CPC/2015, com base na aplicação da Súmula nº 98/STJ: "*Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório.*"

Nesse mesmo sentido:

*"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL. CONTRATO DE LOCAÇÃO. ESTACIONAMENTO. ACOLHIMENTO DA PERÍCIA. VIOLAÇÃO NORMATIVOS FEDERAIS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL INCOMPLETA. DESCARACTERIZAÇÃO. JULGAMENTO CONTRÁRIO AOS INTERESSES DA PARTE. INTUITO PROTELATÓRIO. INEXISTÊNCIA. SÚMULA 98/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DO ACERVO PROBATÓRIO. SÚMULA 07/STJ.*

1. (...)

2. *Os embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório, daí a afastar a cominação da sanção. Inteligência da Súmula 98/STJ.*

3. (...)

4. *Agravo conhecido para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, dar-lhe parcial provimento*" (AREsp nº 1.235.015/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 7/3/2018).

Ante o exposto, conheço de ambos os agravos para: 1) negar provimento ao recurso de HABITEC - FISPA ASSESSORIA HABITACIONAL LTDA.; e 2) conhecer parcialmente do recurso especial interposto por COOPERATIVA HABITACIONAL SERRA DO JAIRÉ e COOPERATIVA HABITACIONAL VARANDAS DE INTERLAGOS e, nessa extensão, dar-lhe parcial provimento para 2.1) afastar a condenação ao pagamento de danos morais, e 2.2) afastar a multa aplicada com fundamento no art. 1.026 do CPC/2015.

Considerando o parcial provimento de um dos recursos, deixo de majorar os honorários advocatícios nos moldes do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator